

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.392.089 - SP (2018/0289818-2)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : ANDREIA TOLEDO BARBOSA**  
**ADVOGADOS : CRISTIANE TAVARES MOREIRA - SP254750**  
**PAULA VANIQUE DA SILVA - SP287656**  
**MICHELLE OLIVEIRA CARNEIRO - SP385476**  
**AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A**  
**ADVOGADOS : MARIA LUCÍLIA GOMES - SP084206**  
**AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR E OUTRO(S) - SP107414**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. Sistema Financeiro da Habitação. Ação de revisão de cláusulas contratuais c.c. repetição do indébito. Sentença improcedência dos pedidos. Apelação da autora. Cobrança e capitalização dos juros. Instituições financeiras que não estão sujeitas à limitação de juros remuneratórios (Súmula nº 596, do C. STF). Utilização do Sistema de Amortização Constante (SAC) que não implica capitalização de juros. Método de amortização em que o valor das prestações mensais corresponde ao valor da amortização do capital, acrescido dos juros calculados sobre o saldo devedor. Sentença mantida. RECURSO NÃO PROVIDO.

A decisão agravada negou seguimento ao recurso especial pelos seguintes fundamentos: i) "menção genérica à lei sem especificação dos eventuais artigos violado", ii) ausência de prequestionamento, iii) ausência de demonstração de ofensa aos dispositivos arrolados do Código de Defesa do Consumidor; e iv) falta de comprovação de dissenso jurisprudencial.

Verifico que o agravante não rebateu nenhum dos fundamentos da decisão agravada, limitando-se a alegar que o recurso reúne total condição de admissibilidade.

Esclareça-se que, em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser bem fundamentados, sendo necessária a impugnação específica a todos os pontos analisados na decisão recorrida, sob pena de não conhecimento por ausência de

cumprimento do requisito exigido no art. 932, III, do Código de Processo Civil/2015.

Assim, sem a impugnação específica e suficiente para infirmar o fundamento da decisão agravada, aplica-se, por analogia, o enunciado n. 182 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "a", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

